

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

TIPO/Nº: PLV 68125

AUTOR: PLV 68125 / Ver. Lomim

RELATOR: Glauber

DATA: 23/04/2025 Presidente: Juquinha

RELATOR	
PARECER DA CONSULTORIA JURÍDICA: <input checked="" type="checkbox"/> SIM () NÃO	DATA: <u>23/04/2025</u>
VISTA AO AUTOR PARA ADEQUAÇÃO: () SIM () NÃO	Relator: <u>Glauber</u>
() O presente projeto atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é adequado a Técnica Legislativa	
(<input checked="" type="checkbox"/>) O presente projeto NÃO atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é inadequado a Técnica Legislativa.	
Relator <u>Glauber</u> em <u>13/05/2025</u>	

Colocado o Processo em votação na CCJCDH, votou cada membro:

Vereador Juquinha () ADMISSÍVEL (<input checked="" type="checkbox"/>) INADMISSÍVEL <u>Juquinha</u> Presidente	Vereador Glauber () ADMISSÍVEL (<input checked="" type="checkbox"/>) INADMISSÍVEL <u>Glauber</u> Vice-Presidente
Vereador Fabinho () ADMISSÍVEL (<input checked="" type="checkbox"/>) INADMISSÍVEL <u>Fabinho</u> Secretário	Vereador Lary () ADMISSÍVEL () INADMISSÍVEL <u>Lary</u> Membro

Vereadora Regininha
() ADMISSÍVEL
(☒) INADMISSÍVEL
Regininha
Membro

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

() ADMISSIBILIDADE
(☒) INADMISSIBILIDADE

Câmara Municipal, Rio Grande, 19 de MAIO de 2025.

Juquinha
Presidente

PARECER JURÍDICO

PLV: 68/2025

Protocolo: 3061/2025

I - ANÁLISE PRELIMINAR

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Vereador Júlio Lamim, que “*Projeto dispõe sobre a necessidade de treinamento básico para cuidadores de abrigos públicos ou privados no município de Rio Grande para os cuidados com crianças atípicas*”.

O processo chega para parecer instruído com as seguintes peças: (1) Projeto, (2) Despacho da Relatoria da CCJ enviando o feito para parecer jurídico.

II - PARECER

Recebido o feito, este foi prontamente encaminhado para parecer das consultorias externas, IGAM e DPM, que tiveram os seguintes entendimentos:

Parecer IGAM:

“A exigência de treinamento e certificação para cuidadores em abrigos, especialmente aqueles geridos pelo Poder Público ou que recebam recursos públicos, **toca na organização dos serviços de assistência social e na gestão de pessoal**. Considerando que o Projeto de Lei em exame **impõe novas atribuições e requisitos e que a organização administrativa e o regime de pessoal são, em regra, de iniciativa do Executivo**, há a configuração de vício de iniciativa parlamentar, conforme a interpretação consolidada pelo STF em temas como o 917. Mesmo que o Projeto de Lei preveja a regulamentação pelo Poder Executivo (o que também configura determinação de atribuição), a **iniciativa de criar a obrigação e de definir os temas do treinamento, sob a ótica da separação dos poderes representa um obstáculo para o exercício de iniciativa por parlamentar**, por adentrar em matéria que interfere na gestão administrativa e na organização dos serviços prestados, ainda que por meio de convênios ou parcerias...” (grifo nosso)

Parecer DPM:

“Por todo o exposto, entendemos pela inviabilidade do Projeto de Lei nº 68/2025, diante da inconstitucionalidade decorrente da **invasão de competência privativa da União**, nos moldes do art. 22, inciso I da Constituição Federal, assim como, por vício formal de iniciativa, já que ao tratar de critérios aplicados ao desenho de funções vinculadas ao Poder Executivo, **invade iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo**, conforme art. 60, inciso II, alínea “b”, da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, e do art. 61, §1º, inciso II, alínea “c”, da Constituição Federal” (grifo nosso)

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, a fim de evitar tautologia desnecessária, a Consultoria desta Casa adere aos pareceres exarados, opinando - respeitosamente - pela inviabilidade do presente projeto de lei em comento, nos termos do item II.


Nicole Dos Santos Porto
OAB/RS 133952
Consultora Jurídica

Rio Grande, 09 de maio de 2025.